

Participação Social e Convivência Escolar: Desafios para a Construção de Políticas Educacionais Municipais

Ednalda Alves Moreira dos Santos

Rede Municipal de Ensino de Porto Seguro, Bahia, Brasil

Resumo

A participação social constitui princípio decisivo para a democratização das políticas educacionais, mas sua efetivação nos municípios encontra obstáculos relacionados à representatividade, à continuidade administrativa e à articulação entre decisões institucionais e experiências escolares. A convivência escolar, por sua vez, envolve relações, conflitos, regras e percepções de pertencimento que não podem ser reduzidos a medidas disciplinares. Este artigo objetiva analisar as contribuições e os limites da participação social na construção de políticas educacionais municipais orientadas à promoção da convivência escolar. A investigação parte da seguinte questão: como mecanismos participativos podem influenciar a formulação e a implementação dessas políticas diante de desafios políticos, institucionais e pedagógicos? Desenvolveu-se pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa, mediante revisão narrativa de seis estudos científicos publicados entre 2018 e 2024, articulados por eixos temáticos e interpretados comparativamente. Os resultados evidenciam que conselhos, instâncias colegiadas e instrumentos normativos abrem possibilidades de democratização, embora não assegurem, isoladamente, poder deliberativo ou inclusão de vozes diversas. Evidenciam ainda que o clima escolar depende de relações de confiança, reconhecimento da autoridade pedagógica e canais permanentes de escuta. Conclui-se que políticas municipais comprometidas com a convivência requerem participação substantiva, diagnóstico territorial, responsabilidades compartilhadas, formação continuada e acompanhamento público de seus efeitos. A análise também indica que a passagem da participação formal à decisão coletiva exige enfrentar desigualdades de representação e estabelecer vínculos estáveis entre redes de ensino, escolas, estudantes, famílias e comunidade, sem presumir resultados uniformes. Esses elementos favorecem pactos educacionais legítimos e orientam avaliações futuras sobre participação e convivência nas redes municipais.

Palavras-chave: Participação social. Convivência escolar. Políticas educacionais municipais.



Recebido em: abril. 2025. Aceito em: agosto. 2025

DOI: 10.56069/2676-0428.2025.866

Ambiente, educação e sociedade: pautas convergentes

Setembro, 2025, v. 3, n. 30

Periódico Multidisciplinar da FESA Educacional

ISSN: 2676-0428



Social Participation and School Coexistence: Challenges for the Construction of Municipal Educational Policies

Abstract

Social participation is a decisive principle for the democratization of educational policies, but its effectiveness in the municipalities encounters obstacles related to representativeness, administrative continuity, and the articulation between institutional decisions and school experiences. School coexistence, in turn, involves relationships, conflicts, rules, and perceptions of belonging that cannot be reduced to disciplinary measures. This article aims to analyze the contributions and limits of social participation in the construction of municipal educational policies oriented to the promotion of school coexistence. The investigation starts from the following question: how can participatory mechanisms influence the formulation and implementation of these policies in the face of political, institutional, and pedagogical challenges? A bibliographic research was developed, with a qualitative approach, through a narrative review of six scientific studies published between 2018 and 2024, articulated by thematic axes and interpreted comparatively. The results show that councils, collegiate bodies, and normative instruments open up possibilities for democratization, although they do not ensure, in isolation, deliberative power or inclusion of diverse voices. They also show that the school climate depends on relationships of trust, recognition of pedagogical authority and permanent listening channels. It is concluded that municipal policies committed to coexistence require substantive participation, territorial diagnosis, shared responsibilities, continuing education and public monitoring of their effects. The analysis also indicates that the transition from formal participation to collective decision-making requires facing inequalities of representation and establishing stable links between education networks, schools, students, families and the community, without presuming uniform results. These elements favor legitimate educational pacts and guide future evaluations of participation and coexistence in municipal networks.

Keywords: Social participation. School coexistence. Municipal educational policies.

Participación social y convivencia escolar: desafíos para la construcción de políticas educativas municipales

Resumen

La participación social es un principio decisivo para la democratización de las políticas educativas, pero su eficacia en los municipios se encuentra con obstáculos relacionados con la representatividad, la continuidad administrativa y la articulación entre decisiones institucionales y experiencias escolares. La convivencia escolar, a su vez, implica relaciones, conflictos, normas y percepciones de pertenencia que no pueden reducirse a medidas disciplinarias. Este artículo pretende analizar las contribuciones y límites de la participación social en la construcción de políticas educativas municipales orientadas a la promoción de la convivencia escolar. La investigación parte de la siguiente pregunta: ¿cómo pueden los mecanismos participativos influir en la formulación e implementación de estas políticas ante desafíos políticos, institucionales y pedagógicos? Se desarrolló una investigación bibliográfica, con un enfoque cualitativo, a través de una revisión narrativa de seis estudios científicos publicados entre 2018 y 2024, articulada por ejes temáticos e interpretada comparativamente. Los resultados muestran que los ayuntamientos, los órganos colegiales y los instrumentos normativos abren posibilidades para la democratización, aunque no aseguran, de forma aislada, el poder deliberativo ni la inclusión de voces diversas. También muestran que el clima escolar depende de relaciones de confianza, reconocimiento de autoridad pedagógica y canales permanentes de escucha. Se concluye que las políticas municipales comprometidas con la convivencia requieren participación sustantiva, diagnóstico territorial, responsabilidades compartidas, educación continua y seguimiento público de sus efectos. El análisis también indica que la transición de la participación formal a la toma de decisiones colectiva requiere enfrentar desigualdades de representación y establecer vínculos estables entre redes educativas, escuelas, estudiantes, familias y la comunidad, sin presumir resultados uniformes. Estos elementos favorecen pactos educativos legítimos y guían futuras evaluaciones de participación y convivencia en redes municipales.

Palabras clave: Participación social. Coexistencia escolar. Políticas educativas municipales.

1 INTRODUÇÃO

A democratização das políticas educacionais municipais exige mais do que o reconhecimento jurídico de canais participativos. Ao examinar conselhos municipais de educação do Paraná, Flach (2020) demonstra que a composição desses órgãos oferece possibilidades de exercício democrático, mas também reproduz limites decorrentes de relações de poder e interesses presentes nos contextos locais. Desse modo, a existência de espaços colegiados não equivale automaticamente à influência efetiva de professores, famílias, estudantes e organizações comunitárias sobre as decisões públicas. A participação precisa ser compreendida tanto em sua dimensão institucional quanto em suas condições concretas de realização.

No plano da organização dos sistemas de ensino, Nardi (2018) identifica, em bases normativas municipais, mecanismos e arranjos que podem favorecer a democratização da gestão pública. A presença de conselhos, procedimentos de planejamento e instâncias de consulta constitui importante infraestrutura política; contudo, sua efetividade depende de atribuições claras, acesso à informação e articulação entre sistema municipal e unidades escolares. Assim, o desafio contemporâneo não consiste apenas em criar instrumentos de representação, mas em garantir que produzam deliberação, acompanhamento e corresponsabilidade na formulação de políticas educativas.

A qualidade das relações escolares introduz uma dimensão decisiva nessa discussão. Ao investigar percepções de professores da educação infantil em escolas públicas municipais, D'Auria-Tardeli et al. (2023) consideram conjuntamente relações sociais, conflitos, regras, segurança, trabalho e participação. A pesquisa sugere que o clima institucional não se explica por uma variável isolada, exigindo compreender a experiência dos sujeitos no cotidiano das escolas. Vincular convivência escolar e participação social, portanto, significa examinar como as decisões municipais reconhecem tais experiências e as convertem em ações educacionais sustentáveis.

Apesar da existência de conselhos e outros mecanismos participativos, persistem distâncias entre as normas da gestão democrática e a capacidade das comunidades de influenciar políticas voltadas à convivência. Diante disso,

formula-se a questão norteadora: de que maneira a participação social pode contribuir para a construção de políticas educacionais municipais de promoção da convivência escolar, considerando obstáculos políticos, institucionais e pedagógicos?

Este artigo tem como objetivo geral analisar as contribuições e os limites da participação social na construção de políticas educacionais municipais voltadas à promoção da convivência escolar. Especificamente, procura identificar mecanismos de participação descritos pela literatura, relacionar dimensões do clima escolar às decisões públicas e discutir condições para que a atuação coletiva ultrapasse procedimentos consultivos e alcance o acompanhamento e o aperfeiçoamento das políticas.

Após esta introdução, apresenta-se a metodologia bibliográfica de revisão narrativa. Na sequência, uma seção de fundamentação teórica articula os seis estudos selecionados; a seção de resultados sistematiza as pesquisas em quadro e desenvolve discussão interpretativa orientada pelos objetivos propostos. Por fim, as considerações finais retomam a pergunta norteadora, indicam implicações para as redes municipais e assinalam os limites do estudo.

2 METODOLOGIA

A investigação caracteriza-se como pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa, organizada na forma de revisão narrativa da literatura. Snyder (2019) destaca que a revisão pode constituir método de pesquisa quando a seleção, a organização e a síntese do conhecimento existente são conduzidas de modo transparente e orientado por questão analítica. Nessa perspectiva, não se produzem dados primários: examinam-se argumentos, contextos, procedimentos e resultados publicados, buscando convergências, tensões e implicações para o problema investigado.

A opção pela revisão narrativa decorre da natureza interdisciplinar do objeto, situado entre gestão educacional, participação social, políticas municipais e convivência escolar. Conforme Sukhera (2022), esse desenho oferece flexibilidade para integrar pesquisas diversas, desde que a interpretação seja fundamentada e seus limites sejam explicitados. Turnbull, Chugh e Luck (2023)

reforçam a utilidade de descrever fontes, critérios de seleção e procedimentos de síntese mesmo em revisões não estritamente sistemáticas. O presente estudo não reivindica exaustividade, metanálise nem mensuração de efeitos.

O corpus analítico foi previamente delimitado em seis artigos de periódicos científicos, publicados entre 2018 e 2024: Nardi (2018), Flach (2020), Lima e Peres (2022), D'Auria-Tardeli et al. (2023), Araujo e Amaral (2024) e Gomes et al. (2024). A pertinência temática, a diversidade de abordagens e a vinculação ao contexto brasileiro orientaram a seleção intencional. Os dados bibliográficos foram conferidos em páginas dos periódicos e repositórios institucionais. Não foi realizado protocolo de busca abrangente em bases múltiplas; consequentemente, o corpus representa um recorte interpretativo, e não o universo de publicações sobre o assunto.

A leitura analítica seguiu quatro movimentos: identificação dos objetivos e contextos de cada estudo; registro de seus achados centrais; agrupamento em dimensões relativas a participação institucional, convivência e obstáculos à implementação; e comparação argumentativa entre os trabalhos. A síntese foi organizada em quadro de evidências e em categorias construídas pela autora do presente artigo, preservando distinção entre resultados relatados pelos estudos e recomendações decorrentes da interpretação aqui desenvolvida. Não foram feitas entrevistas, observações ou inferências sobre municípios específicos que não estivessem documentadas nas fontes.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A participação social na educação municipal não se confunde com a simples presença de representantes em conselhos. Flach (2020), ao investigar a composição dos Conselhos Municipais de Educação em sistemas próprios de ensino paranaenses, identifica oportunidades de exercício democrático acompanhadas de limites associados a interesses predominantes nos espaços locais. Essa constatação desloca a análise da existência formal do colegiado para a distribuição real de poder, o pluralismo e as possibilidades de deliberação.

Nardi (2018) examina bases normativas de sistemas municipais catarinenses e identifica dimensões comuns e arranjos institucionais

potencialmente favoráveis à democratização da gestão. Seu trabalho permite compreender que participação requer regras, instrumentos e conexões entre níveis de decisão. No campo da convivência, esse cuidado implica verificar quem define prioridades, como conflitos são conhecidos e quais instâncias acompanham a implementação das respostas educacionais.

Araujo e Amaral (2024) aprofundam essa tensão ao estudar as disputas em torno da seleção de diretores escolares no contexto do Plano Municipal de Educação de Petrópolis. Os autores mostram que um procedimento chamado democrático pode assumir caráter consultivo e apresentar exclusões institucionais. A democratização, assim, não se reduz ao ato de consultar: envolve tornar visíveis os conflitos de interesses e criar condições para que as deliberações sejam reconhecidas e acompanhadas.

A convivência escolar constitui um campo multidimensional. Lima e Peres (2022), em revisão de escopo da produção brasileira sobre clima escolar e saúde, destacam a diversidade de instrumentos e enfoques mobilizados nas investigações. A literatura estudada aproxima o clima de experiências de segurança, relações interpessoais e condições de desenvolvimento. Por isso, políticas municipais de convivência necessitam de diagnóstico sensível ao contexto e não devem tomar ocorrências disciplinares como único indicador de qualidade das relações. O reconhecimento de diferentes percepções é condição para evitar interpretações simplificadoras.

Na educação infantil municipal, D'Auria-Tardeli et al. (2023) analisam a percepção de professores sobre quatro dimensões do clima escolar: relações e conflitos; regras, sanções e segurança; relações com o trabalho; e gestão e participação. A articulação dessas dimensões aponta para uma compreensão institucional do problema. Ao propor ações municipais, torna-se necessário relacionar ambientes acolhedores, trabalho pedagógico, procedimentos coletivos de elaboração de normas e oportunidades de escuta. A convivência não deve ser tratada apenas quando um conflito irrompe, mas como condição cotidiana da experiência educativa.

Gomes et al. (2024), em pesquisa com adolescentes de São Paulo, investigam a relação entre violência escolar e legitimidade da autoridade docente. Essa abordagem alerta para a insuficiência de respostas que associem

ordem a imposição unilateral. O reconhecimento da autoridade envolve vínculos e experiências institucionais, não podendo ser entendido isoladamente de práticas relacionais. Sob a ótica municipal, a articulação entre formação docente, protocolos de proteção, participação estudantil e apoio às equipes escolares aparece como hipótese de ação coerente com os problemas evidenciados pela literatura, ainda que sua eficácia exija avaliação própria.

Consideradas conjuntamente, essas pesquisas sustentam uma distinção analítica: participação social diz respeito à possibilidade de influenciar decisões, enquanto convivência escolar se refere à qualidade das relações e das condições institucionais vividas na escola. Entre ambas, a política municipal exerce função mediadora. Conselhos e fóruns podem tornar públicos os problemas; escolas e famílias podem contribuir com percepções distintas; e as secretarias podem transformar diagnósticos em programas, responsabilidades e avaliações. Entretanto, a passagem entre essas etapas não é automática e depende de recursos, confiança e continuidade.

Desse modo, o desafio central não consiste em substituir a autoridade institucional por decisões dispersas, mas em organizar procedimentos transparentes de escuta e deliberação que respeitem direitos e responsabilidades. Os estudos reunidos permitem defender que a formulação de políticas de convivência exige mecanismos plurais de representação, indicadores qualitativos e canais de retorno à comunidade. Tal interpretação constitui síntese teórica deste artigo, não resultado experimental. Sua contribuição é propor uma articulação conceitual verificável entre gestão democrática municipal, participação substantiva e fortalecimento das relações escolares. A atuação pública exige critérios explícitos para preservar diversidade, legitimidade e compromisso institucional compartilhado. O acompanhamento público contínuo fortalece responsabilidades compartilhadas.

4 RESULTADOS BIBLIOGRÁFICOS E DISCUSSÃO

A análise comparativa das seis publicações permite reconhecer três núcleos interpretativos: (a) limites e possibilidades da institucionalização participativa; (b) natureza multidimensional do clima e da convivência; e (c)

difficultades de transformar diagnóstico e representação em políticas municipais continuadas. O Quadro 1 resume objetivos, recortes e contribuições das pesquisas, sem atribuir a elas resultados que extrapolem seus contextos originais.

Quadro 1 – Síntese das pesquisas que compõem o corpus da revisão

Estudo / contexto	Objeto ou desenho	Contribuição à análise
Nardi (2018) / Santa Catarina	Análise documental de bases normativas de sistemas municipais	Arranjos institucionais e mecanismos de participação como condições possíveis da gestão democrática.
Flach (2020) / Paraná	Composição de Conselhos Municipais de Educação	Possibilidades e limites da representação diante das relações de poder locais.
Lima e Peres (2022) / Brasil	Revisão de escopo sobre clima escolar e saúde	Diversidade de dimensões e abordagens; necessidade de diagnóstico contextualizado.
D'Auria-Tardeli et al. (2023) / São Bernardo do Campo	Percepções docentes em três escolas municipais de educação infantil	Convivência relacionada a conflitos, regras, trabalho, gestão e participação.
Araujo e Amaral (2024) / Petrópolis	Análise da agenda e do texto político do plano municipal	Disputas e limites do caráter deliberativo de mecanismos de escolha de dirigentes.
Gomes et al. (2024) / São Paulo	Estudo com adolescentes sobre	Relevância das relações institucionais na compreensão da

	violência e autoridade docente	violência e da legitimidade pedagógica.
--	--------------------------------	---

Fonte: elaboração própria a partir dos estudos analisados (2018–2024).

O primeiro resultado da revisão é a identificação de uma lacuna entre a existência de espaços de participação e sua capacidade concreta de definir orientações públicas. Flach (2020) demonstra que os conselhos podem possibilitar exercício democrático sem eliminar a incidência de interesses hegemônicos. Nardi (2018), por sua vez, mostra que diferentes bases normativas comportam arranjos institucionais de democratização. Juntos, esses estudos recomendam cautela com indicadores exclusivamente formais: contar conselhos instituídos, assembleias realizadas ou assentos disponíveis não significa verificar quem fala, quem decide e quais decisões são efetivamente executadas.

Em termos de política municipal, a participação substantiva demanda procedimentos claros de escolha dos representantes, divulgação de pautas, acesso prévio a documentos e prestação de contas sobre deliberações. Trata-se de proposições derivadas da comparação dos estudos, e não de medidas experimentalmente testadas no corpus. A distinção é relevante porque evita transformar um diagnóstico bibliográfico em afirmação causal. Ao mesmo tempo, ela oferece critérios analíticos para avaliar se estruturas existentes cumprem funções de escuta, negociação e controle social.

O caso examinado por Araujo e Amaral (2024) fornece concretude a essa distinção. A seleção de diretores, mesmo quando envolve consulta ou eleição, não elimina disputas sobre o significado de gestão democrática. O caráter consultivo identificado pelos autores demonstra que participar de um procedimento não implica necessariamente exercer poder decisório. Para políticas de convivência, a analogia é instrutiva: uma secretaria pode consultar estudantes e famílias e, ainda assim, reservar todas as definições a instâncias centralizadas. O problema a enfrentar é como transformar a escuta em decisão responsável e publicamente justificável.

O segundo resultado consiste em reconhecer que convivência escolar não se resume à frequência de episódios de conflito. Lima e Peres (2022) identificam diversidade de pesquisas brasileiras sobre clima escolar, inclusive em suas

relações com saúde, enquanto D'Auria-Tardeli et al. (2023) situam a percepção docente em dimensões que integram regras, trabalho, vínculos e participação. A convergência entre esses enfoques não autoriza equiparar todos os conceitos, mas sugere que intervenções restritas ao controle de comportamento deixam de captar aspectos relevantes da experiência institucional.

Em uma rede municipal, diagnósticos participativos poderiam reunir, de forma ética e protegida, relatos de estudantes, profissionais, famílias e equipes gestoras. O contraste entre percepções precisa ser registrado, não apagado em médias indiferenciadas. Uma escola pode apresentar poucos registros oficiais de conflitos e, simultaneamente, experimentar baixa confiança nos procedimentos para reportá-los. Também pode haver divergências legítimas sobre justiça das regras ou qualidade da escuta. Os estudos não medem esses cenários hipotéticos; eles mostram por que perguntas mais abrangentes devem integrar uma agenda de acompanhamento.

O terceiro resultado refere-se à centralidade das relações pedagógicas. Gomes et al. (2024) analisam violência escolar e autoridade do professor entre adolescentes, oferecendo um referencial para distinguir reconhecimento da autoridade de estratégias meramente coercitivas. Esse achado dialoga com a pesquisa de D'Auria-Tardeli et al. (2023), na medida em que clima escolar envolve experiências cotidianas e relações de trabalho, além das normas explícitas. A leitura integrada permite inferir que políticas municipais devem conectar a formação das equipes e os procedimentos de proteção a uma concepção relacional de convivência.

Uma consequência prática é a necessidade de tratar iniciativas de mediação, escuta e prevenção como ações institucionais, não como tarefas individuais delegadas a um professor ou gestor. Isso exige especificar responsabilidades da secretaria de educação, das unidades escolares e dos órgãos participativos. Sem articulação, ações podem ser episódicas e depender excessivamente do engajamento de pessoas específicas. Com articulação, há maior possibilidade de continuidade e de circulação de aprendizados entre diferentes escolas, embora a literatura aqui examinada não permita quantificar tal benefício.

O alcance do objetivo geral também depende de compreender o município como esfera de disputa e de coordenação, não apenas de execução técnica. Flach (2020) põe em evidência tensões locais; Nardi (2018) descreve dispositivos normativos; e Araujo e Amaral (2024) mostram controvérsias dentro da produção da política. A interpretação conjunta indica que a participação influencia o conteúdo de programas educativos quando tem acesso à agenda, oportunidade de propor soluções e mecanismos para acompanhar sua execução. Sem essas condições, a convivência pode ser anunciada como prioridade oficial sem se converter em compromissos verificáveis.

A literatura de clima escolar aprofunda esse argumento ao exigir atenção à pluralidade de experiências. A pesquisa com professores de educação infantil de D'Auria-Tardeli et al. (2023) focaliza uma etapa específica, ao passo que Gomes et al. (2024) investigam adolescentes. Essa diferença impede supor que um único modelo de intervenção sirva igualmente a todas as faixas etárias. Também sugere que o município deve combinar diretrizes comuns de garantia de direitos com decisões contextualizadas por etapa de ensino e realidade territorial, evitando padronizações que invisibilizem necessidades locais.

O estudo de Lima e Peres (2022), ao mapear a produção científica brasileira sobre clima escolar, recomenda prudência adicional com instrumentos de avaliação. A escolha de indicadores deve corresponder ao que se deseja conhecer. Em vez de utilizar exclusivamente ocorrências disciplinares, uma política municipal pode acompanhar participação de estudantes, percepção de justiça, confiança em adultos de referência, acessibilidade dos canais de denúncia e qualidade das respostas institucionais. Esses exemplos são possibilidades analíticas propostas pelo presente texto; não constituem escala validada nem resultado estatístico dos trabalhos revisados.

Um modelo interpretativo para organizar a discussão reúne cinco momentos vinculados: escuta territorial, deliberação coletiva, planejamento das ações, implementação com apoio institucional e avaliação pública com possibilidade de revisão. O fluxo apresentado na Figura 1 não representa um protocolo oficial ou resultado de pesquisa de campo. Trata-se de uma síntese autoral derivada das relações entre os estudos, útil para mostrar que a

participação precisa atravessar o ciclo da política e não ficar confinada à abertura de um processo consultivo.

Figura 1 – Ciclo participativo de construção de políticas municipais de convivência



Fonte: elaboração própria, como modelo interpretativo da revisão narrativa.

O vínculo entre esses momentos pode ser quebrado por obstáculos conhecidos na administração educacional: rotatividade de equipes, agendas decisórias pouco transparentes, participação desigual, tempo insuficiente de trabalho coletivo e fragilidade de mecanismos de acompanhamento. Como essas condições não foram medidas de maneira uniforme pelas seis pesquisas, sua enumeração deve ser lida como hipóteses de atenção para diagnósticos locais. A contribuição da revisão é organizar questões a investigar e não classificar redes municipais como bem-sucedidas ou malsucedidas.

Observa-se, enfim, que o objetivo de relacionar participação social e convivência escolar foi atendido no plano teórico, por triangulação interpretativa de evidências provenientes de estudos distintos. A análise não prova que conselhos, isoladamente, reduzem conflitos ou violência; tampouco estabelece

que toda escolha participativa produz melhor clima institucional. O que mostra é que os mecanismos participativos podem abrir canais para conhecer necessidades, negociar prioridades e responsabilizar o poder público pelas respostas, desde que haja efetividade representativa e capacidade de implementação.

As implicações para redes municipais podem ser expostas em três movimentos complementares. Primeiro, assegurar que conselhos, fóruns e reuniões incluam sujeitos diversos e disponham de condições materiais para deliberar. Segundo, incorporar questões de convivência ao planejamento educacional, com atenção às particularidades das unidades escolares. Terceiro, estabelecer retorno público sobre decisões e resultados, de modo que a avaliação alimente novas rodadas de escuta e pactuação. A legitimidade de uma política não decorre somente de sua aprovação administrativa, mas da possibilidade de escrutínio e aperfeiçoamento coletivos.

Como limite central, o corpus reúne pesquisas com recortes, métodos, localidades e populações diferentes. O estudo não dispõe de evidência longitudinal própria sobre políticas municipais de convivência; portanto, não estima impactos nem generaliza resultados para todos os sistemas de ensino. Novas investigações poderiam acompanhar conselhos e escolas em municípios de portes distintos, examinar atas e planos locais, entrevistar segmentos sub-representados e observar como decisões participativas são implementadas. Esses caminhos fortaleceriam a compreensão empírica do elo entre participação e convivência.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo analisou as contribuições e os limites da participação social na construção de políticas educacionais municipais orientadas à convivência escolar. A partir de seis pesquisas brasileiras, foi possível identificar instrumentos de participação, relacionar as dimensões do clima escolar ao planejamento público e discutir condições necessárias para que a gestão democrática tenha consequências práticas. Assim, o objetivo geral e os objetivos específicos foram atendidos no âmbito bibliográfico e interpretativo proposto.

Em resposta à pergunta norteadora, conclui-se que a participação social pode influenciar políticas municipais de convivência quando ultrapassa a consulta simbólica e integra diagnóstico, deliberação, execução e avaliação. Conselhos e demais canais coletivos precisam de representatividade e efetiva incidência decisória; paralelamente, a convivência deve ser compreendida em sua dimensão relacional e institucional, considerando diferenças entre escolas e etapas educacionais. Não se trata de afirmar efeito causal universal, mas de indicar condições plausíveis, fundamentadas na literatura analisada.

A revisão evidencia ainda que não basta instituir estruturas formais sem enfrentar assimetrias de voz, fragilidade de acompanhamento e descontinuidade administrativa. Como limites, reconhecem-se o corpus intencional restrito a seis publicações e a ausência de pesquisa de campo. Recomenda-se que estudos futuros examinem processos participativos municipais em funcionamento e seus efeitos percebidos pelas comunidades escolares, preservando a pluralidade de experiências e a responsabilidade pública pelo direito à educação.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Felipe; AMARAL, Daniela Patti do. Seleção de diretores escolares em Petrópolis (RJ): disputas na cena e no texto político. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 40, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-4698-38828>.

D'AURIA-TARDELI, Denise; BARROS, Lucian da Silva; TESSARO, Mônica; ALVES, Vanessa Takigami. Percepções de professores sobre clima educacional na educação infantil de São Bernardo do Campo. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 49, e249251, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1678-4634202349249251>.

FLACH, Simone de Fátima. A gestão democrática nos sistemas municipais de ensino do Paraná: uma análise a partir dos conselhos municipais de educação. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 106, p. 221-240, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-40362019002701338>.

GOMES, Aline Moraes Mizutani; PICCIRILLO, Debora; THEODORO, Renan; KOMATSU, André Vilela. Violência escolar e o exercício da autoridade do professor: um estudo com adolescentes de São Paulo. *Pro-Posições*, Campinas, v. 35, e2024c0201BR, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/1980-6248-2022-0035BR>.

LIMA, Daniel Hidalgo; PERES, Maria Fernanda Tourinho. As pesquisas sobre o clima escolar e saúde no Brasil: uma revisão de escopo. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 9, p. 3475-3485, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232022279.21842021>.

NARDI, Elton Luiz. Gestão democrática do ensino público na educação básica: dimensões comuns e arranjos institucionais sinalizados em bases normativas de sistemas municipais de ensino. *Educar em Revista*, Curitiba, v. 34, n. 68, p. 123-136, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/0104-4060.57218>.

SNYDER, Hannah. Literature review as a research methodology: an overview and guidelines. *Journal of Business Research*, v. 104, p. 333-339, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jbusres.2019.07.039>.

SUKHERA, Javeed. Narrative reviews: flexible, rigorous, and practical. *Journal of Graduate Medical Education*, v. 14, n. 4, p. 414-417, 2022. DOI: <https://doi.org/10.4300/JGME-D-22-00480.1>.

TURNBULL, Darren; CHUGH, Ritesh; LUCK, Jo. Systematic-narrative hybrid literature review: a strategy for integrating a concise methodology into a manuscript. *Social Sciences & Humanities Open*, v. 7, n. 1, artigo 100381, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.ssaho.2022.100381>.